

## A IDEIA DE SOLIDARIEDADE NA TEORIA CRÍTICA DE PAUL SINGER

### The idea of solidarity in the critical theory of Paul Singer

Thor João de Sousa Veras

Instituto Federal do Acre

Rio Branco, AC, Brasil

thor.veras@ifac.edu.br

<https://orcid.org/0000-0003-0710-3822> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

**Resumo:** Em contextos de crise, a solidariedade reaparece como vocabulário moral e político privilegiado, porém se torna também um termo disputado, frequentemente esvaziado ou apropriado por projetos regressivos. Este artigo sustenta que a atual ambivalência do conceito decorre, em parte, de transformações estruturais do capitalismo contemporâneo que produzem des-solidarização objetiva (desmonte institucional, precarização, financeirização) e subjetiva (individualização, moralização da insegurança e ressentimento). Argumenta-se que parte relevante da filosofia social recente, embora forneça concepções normativas importantes de solidariedade, tende a subestimar sua inscrição material no mundo do trabalho e sua dependência de arranjos econômicos alternativos. Como contribuição, propõe-se reconstruir Paul Singer como um autor na esteira da Teoria Crítica da sociedade capaz de articular (i) um diagnóstico do capitalismo dependente brasileiro, marcado por segmentação estrutural do mercado de trabalho, informalidade funcional e urbanização excludente e (ii) um modelo emancipatório de solidariedade ancorado na economia solidária, entendida como prática de democratização do trabalho e reconfiguração institucional da produção. A hipótese central é que Singer oferece uma teoria político-democrática da solidariedade: não como mera virtude, mas como princípio organizador de formas de vida econômicas cooperativas, capaz de enfrentar simultaneamente precariedade, desigualdade e regressão democrática.

**Palavras-chave:** solidariedade; Paul Singer; economia solidária; trabalho; democracia; capitalismo dependente.

**Abstract:** In times of crisis, solidarity re-emerges as a privileged moral and political vocabulary, but also as a contested term, often emptied or appropriated by regressive projects. This article argues that the current ambivalence of the concept stems from structural transformations of contemporary capitalism that produce a twofold desolidarization: objective (institutional dismantling, precarization, financialization) and subjective (individualization, moralization of insecurity, resentment). It is argued that a significant part of recent social philosophy, while offering important normative conceptions of



solidarity, tends to underestimate its material inscription in the world of work and its dependence on alternative economic arrangements. As a contribution, the paper proposes to reconstruct Paul Singer's work as a critical theory, in the strong sense of the term, capable of articulating (i) a diagnosis of Brazilian dependent capitalism marked by structural segmentation of the labor market, functional informality, and exclusionary urbanization and (ii) an emancipatory model of solidarity anchored in the solidarity economy, understood as a practice of democratizing work and institutionally reconfiguring production. The central hypothesis is that Singer offers a *political-democratic* theory of solidarity: not as a mere virtue, but as an organizing principle of cooperative economic forms of life, capable of simultaneously confronting precariousness, inequality, and democratic regression.

**Keywords:** solidarity; Paul Singer; solidarity economy; labor; democracy; dependent capitalism.

## Introdução

A solidariedade costuma emergir, em momentos críticos, como promessa de recomposição do laço social: apoio mútuo, virtude pública, vínculo comunitário, prática política, infraestrutura institucional. Contudo, quanto mais o termo retorna ao centro da cena através de suas manifestações em crises econômicas, conflitos armados, colapsos ambientais, pandemias, mais se evidencia sua como retórica de exclusão, isto é, como vocabulário emancipatório e como instrumento de polarização ou exclusão.

Desse modo, a solidariedade depende fundamentalmente dos contextos empregados do termo, pois ele se varia ao sabor da ocasião e da causa defendida. Cada nós, cada coletividade e grupo social embutido nesse conceito de solidariedade, cada conteúdo que se soma e preenche a uma normatividade do termo, abre espaços para diferentes concepções disseminadas e fundamentadas em diferentes contextos. Essa ambivalência não é apenas semântica. Ela remete a uma tensão estrutural: a solidariedade torna-se “quase um significante vazio” quando é invocada sem esclarecimento de quais obrigações, quais sujeitos, quais instituições e quais condições materiais estão em jogo.

Por isso, uma análise filosófica mais precisa deve distinguir entre o conceito de solidariedade e suas concepções historicamente situadas (distinção análoga à diferenciação, amplamente empregada na filosofia política e herdeira de uma intervenção rawlsiana, entre conceito e concepções). Essa abordagem permite compreender por que a solidariedade não é, em si mesma, moralmente boa. O conceito é normativamente dependente, isto é, sua legitimidade depende dos valores ou princípios que justificam o vínculo coletivo. A solidariedade pode servir tanto a projetos emancipatórios quanto a projetos opressivos. Grupos criminosos ou movimentos nacionalistas excludentes, por exemplo, também podem mobilizar fortes vínculos solidários entre seus membros. Por essa razão, a solidariedade precisa ser avaliada à luz de princípios normativos independentes como justiça ou igualdade que determinem se a causa que mobiliza a solidariedade é



justificável.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é duplo: primeiro, oferecer um mapa sintético dos principais contextos normativos em que concepções de solidariedade operam. E, em seguida, argumentar que, nas condições contemporâneas de precarização e regressão democrática, uma teoria adequada da solidariedade precisa ser também uma teoria democrática do trabalho e da organização econômica. Nesse ponto, propõe-se recuperar Paul Singer como autor decisivo, porque ele articula diagnóstico do capitalismo dependente brasileiro e projeto institucional de economia solidária.

## **1. A ideia de solidariedade na teoria crítica contemporânea**

No debate contemporâneo da teoria política e social, a ideia de solidariedade em toda sua polissemia pode ser reconstruída em, ao menos, quatro contextos normativos básicos, cada qual com expectativas distintas de justificação, motivação e institucionalização. Em primeiro lugar, nos contextos éticos como os da família, das amizades ou das comunidades íntimas, a solidariedade baseia-se em laços comunitários específicos e na partilha de um bem comum. Esses vínculos são constitutivos da identidade pessoal e ética de cada indivíduo (ex: comunidades de minorias de apoio mútuo, moradia e atendimento psicossocial pra jovens expulsos de casa; redes de acolhimento; roda de mães periféricas, em favelas que organizam doações e creches comunitárias; associações de bairro, especialmente durante a pandemia).

Mas essa forma ética de solidariedade nem sempre ocorre de maneira voluntária; ela também pode ser institucionalizada juridicamente. Isso acontece, por exemplo, nos sistemas públicos de seguridade social, nos quais os membros da sociedade aceitam contribuir não apenas por coerção estatal, mas também por reconhecerem essas instituições como justas e legítimas. Entre os principais exemplos desse tipo de solidariedade institucionalizada estão o Sistema Público de Aposentadoria (Previdência Social), o Imposto de Renda Progressivo, o Sistema Único de Saúde (SUS), as licenças-maternidade e paternidade obrigatórias, o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e as políticas de cotas em universidades públicas.

Essa abordagem dialoga com interpretações comunitaristas desenvolvidas por Charles Taylor (1991) e Michael Sandel (1982), que destacam a importância das identidades sociais na formação de obrigações morais. No interior da teoria crítica, essa dimensão aparece na teoria do reconhecimento de Axel Honneth (1995), segundo a qual relações solidárias possibilitam que os indivíduos desenvolvam autoestima social ao

perceberem que suas capacidades são valorizadas dentro de uma comunidade de reconhecimento. No contexto brasileiro, intelectuais como Jessé Souza, Ruy Braga e Ricardo Antunes, têm enfatizado como hierarquias sociais e culturais podem bloquear formas de reconhecimento e solidariedade entre grupos sociais, produzindo formas de desintegração social.

No plano jurídico, então, a solidariedade é institucionalizada como dever social mediado por direitos e políticas públicas: seguridade social, saúde pública, proteção trabalhista, redistribuição fiscal progressiva. Trata-se de uma solidariedade estabilizada por normas e instituições que permitem que obrigações recíprocas não dependam apenas de disposição individual, mas de infraestruturas públicas de proteção. Tais instituições expressam formas de solidariedade, mediadas juridicamente, que permitem aos membros de uma sociedade “estar uns pelos outros” em situações de vulnerabilidade. Essa concepção possui raízes sociológicas na obra de Émile Durkheim (1893), para quem a solidariedade constitui o princípio de coesão das sociedades modernas. No campo da teoria crítica contemporânea, Hauke Brunkhorst (2005) interpreta o constitucionalismo democrático e os direitos sociais como formas institucionalizadas de solidariedade entre estranhos. No Brasil, Celso Furtado (1961) relaciona a institucionalização de direitos sociais à reprodução da força de trabalho e à construção de formas de cooperação econômica capazes de sustentar a integração social em sociedades marcadas por desigualdade estrutural.

No plano moral, a solidariedade costuma ser vinculada a um sentimento de humanidade comum, articulado no cuidado com o outro em sua vulnerabilidade, na assistência em situações de necessidade. Diferentemente da solidariedade ética, ela não exige proximidade comunitária e, diferentemente da jurídica, ela pode ocorrer sem a mediação estatal. É o tipo de solidariedade que se estende a qualquer ser humano em necessidade, independentemente de vínculos identitários, comunitários ou legais. Podemos listar como exemplos algumas ações humanitárias, socorros em desastres, proteção a grupos perseguidos e redes de ajuda a pessoas em situação de rua e, também, organismos e ONGs, como “médicos sem fronteiras”, que atuam em zonas de guerras, anistia internacional, mutirões de moradia do MTST; ajuda a refugiados em situações de crise, resgate de vítimas em desastres naturais, doações de órgãos anônimas, movimentos de solidariedade a grupos perseguidos, ações de socorro a moradores de rua, projetos humanitários transnacionais, proteção a estranhos em situações de violência, cuidado com idosos abandonados.

Essa forma de solidariedade inscreve-se na tradição da *Brüderlichkeit* (fraternidade) como uma dimensão da moralidade que reconhece a dignidade e a fragilidade dos outros enquanto iguais, mesmo quando não compartilhamos com eles um modo de vida particular. No contexto da Teoria crítica, Rainer Forst (2017) associa essa concepção de solidariedade a uma ética universalista inspirada na tradição kantiana. Assim, a solidariedade moral está ligada ao reconhecimento de todos os indivíduos como agentes morais dignos de respeito. Essa perspectiva possui afinidade com a filosofia moral de Immanuel Kant e com versões contemporâneas da ética discursiva desenvolvidas por Jürgen Habermas (2001) e Seyla Benhabib (2004). Na tradição latino-americana, Enrique Dussel (1994) relaciona solidariedade e responsabilidade ética diante das vítimas da modernidade e das estruturas globais de dominação.

No plano político, a solidariedade se conecta a lutas por transformação ou aperfeiçoamento de ordens justas. Valendo-se de uma diferenciação de Forst (2017), é útil distinguir entre solidariedade ético-política, vinculada a identidades históricas, nacionais ou coletivas, e solidariedade político-social, voltada justamente à mudança estrutural: classe, raça, gênero, justiça climática, democratização do trabalho. Assim, solidariedades políticas frequentemente se organizam em torno de causas compartilhadas, como igualdade de gênero, justiça racial ou emancipação de classes exploradas, e desempenham um papel central em processos históricos de democratização. Essa interpretação, aliás, dialoga diretamente com a tradição crítica inaugurada pela tradição marxista, para quem a solidariedade de classe constitui elemento central da luta contra a exploração capitalista. Nessa perspectiva, Rochelle DuFord (2022) interpreta a solidariedade como prática democrática emergente de conflitos sociais, enquanto Tommie Shelby (2005) a interpreta como resistência política coletiva contra estruturas históricas de opressão racial.

### *1.2 A ambivalência contemporânea: des-solidarização objetiva e subjetiva*

Há uma novidade do nosso contexto sócio-histórico de polícrises – sociais, políticas, econômicas e ecológicas - que torna o conceito de solidariedade mais paradoxal. Ou seja, é precisamente as reverberações políticas regressiva do termo, quando o efeito esperado da crise econômica de 2008 e o trauma social deixado fosse mobilizar algo próximo da clássica ideia de conscientização de uma classe trabalhadora ou alguma articulação de laço social que o valha (com toda carga metafísica que a categoria), o que, na realidade, gerou-se foi o seu contrário: aquilo que podemos ver na forma de apropriação que a direita e forças conservadoras tem feito do termo solidariedade em um sentido negativo de ordem

objetiva e subjetiva.

A hipótese interpretativa aqui defendida é que a crise contemporânea da solidariedade não pode ser explicada apenas por disputas culturais ou pela polarização discursiva, mas resulta de um duplo processo. Em primeiro lugar, no plano objetivo, observa-se uma dinâmica de des-solidarização social promovida institucionalmente pelo neoliberalismo, por meio da precarização das relações de trabalho, do enfraquecimento das políticas públicas e da erosão das mediações coletivas.

Em segundo lugar, no plano subjetivo, o vínculo entre des-solidarização e des-democratização manifesta-se na produção de formas específicas de subjetivação da precariedade: o trabalhador uberizado que, mesmo explorado, aposta no *day trade*, consome conteúdos de influenciadores ligados ao mercado financeiro, endivida-se e passa a responsabilizar as políticas sociais pela crise; o aposentado que complementa renda em condições precárias enquanto financia redes de extrema direita via WhatsApp; ou ainda a desempregada que sobrevive entre apostas clandestinas, empréstimos e discursos conspiratórios que atribuem os problemas do país a supostos inimigos culturais ou religiosos. Temos, portanto, duas formas regressivas que ameaçam a solidariedade em nosso tempo: uma transformação estrutural das instituições sociais e uma captura subjetiva da experiência da precariedade por racionalidades antidemocráticas e ressentidas.

### **Des-solidarização objetiva: neoliberalização da sociedade**

No plano estrutural, a reorganização neoliberal do capitalismo promove des-solidarização por meio do desmonte/erosão de direitos sociais e trabalhistas; financeirização de necessidades básicas (crédito, endividamento, “empreendedorismo de sobrevivência”); segmentação do mercado de trabalho e precarização crônica; substituição de planejamentos redistributivos por paradigmas concorrenciais e tecnocráticos (métricas gerenciais, *benchmarking*, governança por indicadores). Assim, o resultado é a corrosão das bases institucionais que sustentavam solidariedade jurídico-social, enfraquecendo os mecanismos de integração e, conseqüentemente, ampliando a insegurança.

O resultado é a corrosão das bases institucionais que sustentavam a solidariedade jurídico-social. Como demonstra Elizabeth Anderson (2023) em sua análise genealógica da ética do trabalho, o neoliberalismo é o herdeiro de uma versão conservadora da ética protestante do trabalho que foi sistematicamente “sequestrada” pelas elites proprietárias para justificar a subordinação dos trabalhadores. Em sua genealogia, Anderson mostra que, historicamente, a ética do trabalho continha duas faces: uma progressista, que valorizava

a dignidade do trabalhador e sua contribuição ao bem comum; e uma conservadora, que transformou o trabalho em dever de obediência absoluta aos empregadores. O neoliberalismo radicaliza essa segunda face, convertendo a ética do trabalho em instrumento ideológico de des-solidarização.

Na mesma esteira, o historiador Lutz Raphael (2019) documenta esse processo a partir de uma história social da Europa Ocidental no período pós-Trente Glorieuses (1945–1975), mostrando que a nova economia produziu novas formas de precarização, segmentação e desintegração social. A desindustrialização não foi apenas um fenômeno econômico, mas um trauma social que atingiu particularmente as classes trabalhadoras do interior europeu, sem mecanismos democráticos de reparação.

### **Des-solidarização subjetiva e apropriações regressivas**

No plano da subjetivação, a precariedade tende a ser individualizada e moralizada: a insegurança aparece como falha pessoal, e a sobrevivência passa a depender de performance, risco e "autoempresa". No plano da subjetivação, a precariedade tende a ser individualizada e moralizada: a insegurança aparece como falha pessoal, e a sobrevivência passa a depender de *performance*, risco e "autoempresa".

Esse regime favorece formas regressivas de solidariedade, como, por exemplo: formas de solidariedades de exclusão (nós contra eles); moralismos punitivos; identitarismos reativos que deslocam a culpa do sofrimento social para "inimigos internos" (minorias, políticas públicas, movimentos sociais, "wokes"). Assim, a mesma crise que poderia favorecer solidariedade democrática pode alimentar solidariedades autoritárias. A filosofia social, portanto, precisa pensar solidariedade em conexão com precarização e regressão democrática, e não apenas como virtude moral. É como se o soberano trabalhador neoliberal se afirma paulatinamente um soberano conservador, que pode ser encarnado em diferentes formas sociais, regressivas e autoritárias de solidariedade coletiva que culpam os descaminhos econômicos do neoliberalismo nos fantasmas de um identitarismo voltado para os mais vulneráveis ou os chamados *wokes* (antivax, motociatas, supremacistas, milícias teocráticas acampamentos a favor da anistia, passeatas ao ar livre de neonazistas e bloqueios de estradas de caminhoneiros).

Como analisa Wendy Brown (2019), o neoliberalismo produz formas de subjetivação que corroem a solidariedade democrática ao substituir a identidade do cidadão pela do empreendedor de si mesmo. No plano mais largo, Isabelle Ferreras, Julie Battilana e Dominique Méda (2022) documentam como o poder massivamente desigual entre capital



e trabalho corrói a democracia política: quando os salários do topo das empresas crescem 1.322% enquanto os salários dos trabalhadores crescem apenas 18% no mesmo período, como ocorreu nos Estados Unidos entre 1978 e 2020, a promessa democrática de igualdade de voz se esvazia.

### *1.3 Limites de parte da teoria contemporânea da solidariedade*

Esses fenômenos colocam um desafio decisivo para a filosofia política e social contemporânea, especialmente no Norte Global: a necessidade de formular respostas crítico-normativas capazes de reconstruir uma concepção positiva ou emancipatória de solidariedade. No plano ético-social, diferentes autores têm procurado fundamentar vínculos solidários a partir de formas de vida compartilhadas e práticas de reconhecimento. Charles Taylor, por exemplo, relaciona a solidariedade à ideia de autenticidade e à constituição de identidades morais que emergem em horizontes compartilhados de sentido (Taylor, 1991). Em chave distinta, Hartmut Rosa interpreta a solidariedade a partir da noção de ressonância, entendida como uma relação de escuta e responsividade que amplia a capacidade de ação e a autoeficácia coletiva dos sujeitos em contextos sociais alienados (Rosa, 2019). Já Rahel Jaeggi concebe a solidariedade como uma forma de cooperação não instrumental que surge como resposta crítica à indiferença estrutural e às patologias da alienação em formas de vida compartilhadas (Jaeggi, 2014). Nesse horizonte, a teoria do reconhecimento de Axel Honneth interpreta a solidariedade como uma esfera específica de reconhecimento social, na qual os indivíduos adquirem uma relação positiva consigo mesmos por meio da valorização recíproca de suas capacidades e contribuições para a vida coletiva (Honneth, 1995). Em diálogo crítico com essa tradição, Judith Butler mobiliza a ideia de vulnerabilidade compartilhada para pensar formas de solidariedade que não dependem de identidade ou similaridade, mas se constituem em práticas performativas de coalizão e assembleia (Butler, 2015).

No plano moral e político, a solidariedade aparece frequentemente associada a princípios universalistas de justiça e a responsabilidade recíproca. Seyla Benhabib, por exemplo, desenvolve a ideia do “outro concreto” para fundamentar obrigações de solidariedade que levam em conta as particularidades das experiências humanas (Benhabib, 2004). Em perspectiva semelhante, Jürgen Habermas interpreta a solidariedade como dimensão fundamental da liberdade comunicativa, especialmente em constelações políticas pós-nacionais nas quais a cooperação democrática deve ultrapassar os limites do Estado-nação (Habermas, 2001). Nesse campo, merece destaque também o trabalho de



Tommie Shelby, que interpreta a solidariedade negra como forma de resistência política coletiva contra estruturas históricas de opressão racial (Shelby, 2005). Em diálogo com essa tradição kantiana da teoria crítica, Rainer Forst interpreta a solidariedade como uma virtude da razão prática fundada no princípio da justificação recíproca entre agentes livres e iguais, segundo o qual nenhuma ordem normativa é legítima se não puder ser justificada a todos aqueles que estão sujeitos a ela (Forst, 2017).

Por fim, no contexto jurídico-institucional, diversos autores da teoria crítica e da sociologia política têm destacado o papel das instituições legais na sustentação de formas estruturais de solidariedade social. Pesquisadores como Frank Nullmeier e Gøsta Esping-Andersen analisam o papel do Estado social e dos regimes de bem-estar na institucionalização de mecanismos de solidariedade coletiva por meio de sistemas de seguridade social e redistribuição (Esping-Andersen, 1990; Nullmeier, 2006). No interior da teoria crítica, Hauke Brunkhorst e Klaus Günther destacam que constituições democráticas e direitos sociais podem ser compreendidos como formas jurídicas de solidariedade entre estranhos, capazes de estabilizar práticas de cooperação social em sociedades complexas (Brunkhorst, 2005; Günther, 2013). Nessa perspectiva, a solidariedade deixa de ser apenas uma virtude moral ou disposição ética e passa a constituir também uma infraestrutura institucional indispensável à reprodução de ordens democráticas e à realização de direitos sociais.

Contudo, diante do cenário descrito, três limites recorrentes podem ser identificados. Primeiro, a *insuficiência de mediações institucionais concretas*: permanece-se no plano moral-normativo, com pouca elaboração sobre como estabilizar a solidariedade em instituições econômicas e políticas efetivas. Segundo, o *diagnóstico econômico por vezes fraco ou insuficientemente radical*: a crítica da des-solidarização tende a não confrontar a lógica sistêmica de acumulação e financeirização. Por fim, o *paroquialismo do Norte Global*: muitas reconstruções partem de trajetórias de Estados de bem-estar social em declínio, subestimando a especificidade do capitalismo dependente, com sua informalidade estrutural e segmentação histórica do trabalho.

O argumento prosseguirá em dois passos: a) indicar como Singer elabora uma crítica do desenvolvimento do capitalismo brasileiro como capitalismo dependente; b) depois, reconstruir o modo pelo qual Singer propõe um modelo emancipatório de solidariedade como trabalho e, que estão contidas as linhas gerais de uma política da resistência contra o neoliberalismo na forma de uma plataforma cooperativa e solidária de um socialismo democrático.

## 2. Paul Singer e o diagnóstico do capitalismo dependente no Brasil

Incontornável na história política, Paul Singer pode ser também considerado um dos teóricos mais importantes e instigantes da tradição crítica brasileira, especialmente no campo da economia política do desenvolvimento e das formas de organização do trabalho no capitalismo dependente. Apesar disso, em recentes esforços genealógicos sobre o pensamento social brasileiro particularmente aqueles associados à chamada escola bourdieusiana de Campinas, sua presença aparece de modo relativamente discreto. Em reconstruções do campo intelectual paulista conduzidas por autores como Fábio Querido e Lidiane Rodrigues, Singer tende a figurar de forma menos destacada do que outros personagens mais polêmicos ou publicamente influentes, como José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, Roberto Schwarz ou Marilena Chauí (Querido; Rodrigues, 2019).

Ainda assim, no interior do próprio grupo que se formou em torno do célebre “Seminário Marx” da Universidade de São Paulo, frequentemente interpretado como uma espécie de capítulo brasileiro do marxismo ocidental, Singer era reconhecido por seus pares como uma figura intelectualmente sólida, equilibrada e fundamental para a reflexão crítica brasileira. Como lembram diversos testemunhos do período, tratava-se de um ambiente marcado por tensões próprias de um campo intelectual periférico, atravessado por aquilo que alguns autores identificaram como um “complexo de provincianismo”, no qual coexistiam ambições cosmopolitas e disputas pela legitimação cultural em uma “periferia da periferia” do capitalismo intelectual global.

A centralidade da economia política nas reflexões desse grupo foi posteriormente lembrada por Roberto Schwarz em um texto memorialístico, publicado na revista *Piauí*, após a morte de Singer. Nesse ensaio, Schwarz destaca que uma das marcas distintivas de Singer era a defesa da clareza como valor político, entendida como compromisso intelectual com a inteligibilidade das relações sociais e econômicas. Segundo Schwarz, essa clareza se traduzia em uma combinação pouco comum de tolerância intelectual e firmeza política, qualidades que, em sua avaliação, constituíam virtudes raras e necessárias no interior da tradição da esquerda (Schwarz, 2018). Em tom semelhante, Michael Löwy também sublinhou o caráter militante da trajetória de Singer, ressaltando sua singular capacidade de articular produção acadêmica rigorosa e engajamento político concreto (Löwy, 2018).

Essa dimensão militante marcou profundamente sua biografia intelectual. Antes de



ingressar na universidade, Singer atuou no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, experiência que influenciaria decisivamente suas análises posteriores sobre o mercado de trabalho e o desenvolvimento capitalista no Brasil. Em 1956, ingressou na Universidade de São Paulo (USP), onde se formou pela Faculdade de Economia e Administração (FEA) e, posteriormente, se tornou professor, permanecendo na instituição até sua aposentadoria em 2002. Sua trajetória pública também incluiu atuação relevante na administração estatal: foi secretário de Planejamento do município de São Paulo durante a gestão de Luiza Erundina (1989-1992) e, décadas depois, tornou-se secretário nacional de Economia Solidária no governo federal (2003-2016), posição a partir da qual impulsionou políticas públicas voltadas à construção de alternativas econômicas baseadas em cooperação e autogestão.

Como pensador e gestor público, Singer teve uma atuação intelectual extremamente prolífica. Ao longo de sua carreira, publicou 24 livros autorais e seis obras em coautoria, além de dezenas de artigos científicos publicados em diversos países, centenas de textos de intervenção, entrevistas, relatórios e comunicações acadêmicas. Parte significativa desse material encontra-se atualmente preservada no acervo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo. Tal produção consolidou Singer como uma referência incontornável do pensamento crítico brasileiro, particularmente no campo da economia política do desenvolvimento e das alternativas socialistas ao capitalismo periférico (Singer, 1973; Singer, 2002).

Toda essa trajetória, simultaneamente acadêmica, militante e institucional, contribuiu decisivamente para a elaboração de seus diagnósticos sobre o capitalismo brasileiro. Seus escritos combinam análise estrutural da economia política com preocupação normativa acerca das possibilidades de democratização econômica e social. Sem pretender esgotar a complexidade dessa obra, o presente artigo propõe um recorte panorâmico que identifica três momentos principais do desenvolvimento teórico de Singer, especialmente no que se refere à sua interpretação do mercado de trabalho e das formas de inserção do Brasil no capitalismo dependente.

### *2.1 Primeiro momento: segmentação estrutural e informalidade funcional (anos 1960-1970)*

O primeiro momento da produção intelectual de Paul Singer, que se estende da primeira metade dos anos 1960 até o final da década de 1970, corresponde à elaboração de uma poderosa síntese crítica da formação e das contradições do capitalismo brasileiro. Nesse período, já doutor em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e professor da Faculdade de Economia e Administração (FEA-USP), Singer dedica-se a investigar a dinâmica do mercado de trabalho no Brasil e sua relação com o processo de desenvolvimento dependente.

A tese central desenvolvida nesse período sustenta que o mercado de trabalho brasileiro é estruturado por uma dupla segmentação estrutural. De um lado, uma parcela minoritária da classe trabalhadora é absorvida pelo setor formal da economia, integrado aos circuitos de valorização do capital e protegido por instituições trabalhistas. De outro lado, a maioria da força de trabalho permanece situada em um vasto setor informal, caracterizado por vínculos precários, intermitentes e mal remunerados, funcionando como um verdadeiro exército industrial de reserva permanente (Singer, 1977). Essa estrutura dual não deve ser interpretada como resquício transitório de formas econômicas arcaicas. Ao contrário, constitui um elemento funcional do capitalismo dependente brasileiro, na medida em que a informalidade permite ajustar custos do trabalho e flexibilizar as condições de acumulação.

A partir dessa interpretação, Singer critica diretamente o discurso dominante do período, sustentado tanto por setores tecnocráticos da ditadura civil-militar quanto por correntes do nacional-desenvolvimentismo, segundo o qual o crescimento econômico conduziria automaticamente à integração social e à ampliação da cidadania. Para o autor, o modelo de desenvolvimento brasileiro é estruturalmente excludente, pois se encontra subordinado ao capital internacional, reproduz desigualdades regionais e de classe e opera por meio de um Estado que atua prioritariamente como garantidor da ordem burguesa, e não como mediador de justiça social. Nesse sentido, o chamado “milagre econômico” não representou uma democratização das condições de vida da população, mas antes o aprofundamento de desigualdades estruturais do capitalismo brasileiro (Singer, 1973; 1977).

Essa interpretação encontra ressonância em análises sociológicas posteriores sobre o mercado de trabalho no Brasil. Adalberto Cardoso, por exemplo, demonstra que a constituição da sociedade salarial brasileira sempre foi parcial e limitada, excluindo amplos contingentes da população (Cardoso, 2010). Embora o pacto trabalhista varguista tenha criado instituições robustas como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Justiça do Trabalho e o sistema sindical oficial, essas instituições nunca foram universalizadas, permanecendo restritas principalmente ao setor urbano formal e deixando à margem trabalhadores rurais, domésticos e informais.

Para compreender esse processo, Singer propõe um modelo analítico próprio do desenvolvimento da economia brasileira, estruturado em torno de três setores fundamentais: o setor voltado ao mercado externo, o setor orientado ao mercado interno e o setor de subsistência (Singer, 1973). A partir dessa tipologia, ele identifica duas grandes etapas históricas na transformação da economia brasileira. A primeira corresponde ao período de substituição de importações e expansão do mercado interno, enquanto a segunda se caracteriza pelo início da produção interna de bens de capital e pela tentativa de ampliar a autonomia econômica do país. Contudo, Singer enfatiza que essas etapas não podem ser compreendidas apenas em termos econômicos. Elas são profundamente atravessadas por disputas políticas e conflitos sociais que refletem a correlação de forças entre classes sociais e frações de classe.

Essa preocupação com a articulação entre economia política e luta de classes aparece de forma particularmente clara no artigo “A política das classes dominantes”, no qual Singer analisa o comportamento dos partidos burgueses brasileiros entre 1945 e 1964. Nesse estudo, o autor demonstra que as elites econômicas brasileiras apresentavam profundas divisões internas e que as instituições políticas do período eram estruturalmente instáveis diante do avanço da mobilização popular. Ao privilegiar uma abordagem estrutural em detrimento de interpretações meramente institucionalistas, Singer revela como interesses econômicos de frações de classe se traduzem em estratégias políticas distintas. O golpe civil-militar de 1964 aparece, assim, como resultado tanto da incapacidade das elites de manter um equilíbrio político estável quanto das dificuldades das forças populares em consolidar um projeto político alternativo (Singer, 1965).

## 2.2 Segundo momento: urbanização, desigualdade e economia política da cidade (anos 1970–1990)

Um segundo momento da trajetória intelectual de Paul Singer é marcado por sua contribuição como teórico do desenvolvimento urbano e pela experiência prática como gestor público, especialmente durante sua atuação como secretário de Planejamento do município de São Paulo na gestão de Luiza Erundina (1989–1992). Nesse período, Singer aprofunda sua análise da relação entre urbanização, desigualdade social e dinâmica de acumulação capitalista no Brasil. Um marco importante dessa fase é o livro *São Paulo: crescimento e pobreza*, publicado em 1976 por pesquisadores vinculados ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) a pedido da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e apresentado por Dom Paulo Evaristo Arns (Camargo

*et al.*, 1976).

A pesquisa que deu origem à obra demonstrou que crescimento econômico e pobreza urbana não são fenômenos contraditórios na metrópole paulistana, mas partes constitutivas de um mesmo processo de desenvolvimento. Os autores mostram que a rápida expansão industrial da cidade foi acompanhada pela deterioração das condições de vida da população trabalhadora, revelando um padrão de urbanização profundamente desigual. É precisamente com o crescimento industrial acelerado e a ampliação do fluxo migratório para a cidade, as empresas passaram a depender de uma oferta abundante de mão de obra barata, tornando desnecessária a fixação do trabalhador na empresa por meio de vilas operárias ou outras formas de proteção social.

Nesse contexto, as empresas passaram progressivamente a transferir para os próprios trabalhadores os custos de reprodução da força de trabalho, como moradia, transporte e manutenção do domicílio, enquanto os custos de infraestrutura urbana básica eram deslocados para o Estado. A consequência desse processo foi o surgimento da periferia urbana como espaço caracterizado pela precariedade de serviços públicos e infraestrutura, mas fundamental para a reprodução da força de trabalho necessária à acumulação capitalista (Camargo *et al.*, 1976).

A obra também identifica o papel central da especulação imobiliária na organização do espaço urbano. Segundo os autores, a expansão da cidade ocorre por meio de um mecanismo específico de valorização fundiária, no qual novos loteamentos são implantados de forma descontínua em relação às áreas já urbanizadas. Entre esses loteamentos e as áreas dotadas de serviços públicos permanecem terrenos vazios que se valorizam com a posterior extensão de infraestrutura urbana, como linhas de transporte coletivo. Esse processo, descrito como o mecanismo dos “extensores urbanos”, permite a apropriação privada de investimentos públicos em infraestrutura e reforça a segregação espacial da cidade (Camargo *et al.*, 1976).

A partir desse diagnóstico, Singer argumenta que a urbanização brasileira não deve ser compreendida como simples reflexo da modernização econômica, mas como expressão específica da lógica de acumulação capitalista em um país periférico e dependente. A rápida migração do campo para as cidades, impulsionada pela industrialização concentrada e pela transformação da estrutura agrária, não foi acompanhada pela plena absorção da população no mercado de trabalho urbano formal. O resultado foi a expansão de favelas, loteamentos precários e formas de trabalho informal que passaram a constituir elementos estruturais da urbanização brasileira.



Nesse quadro, o Estado desempenha papel decisivo na organização da expansão urbana. Contudo, em vez de promover a universalização de direitos sociais e serviços públicos, as políticas urbanas tendem a priorizar investimentos que favorecem a reprodução do capital tais como grandes obras viárias, centros financeiros e infraestrutura voltada à atividade empresarial. As necessidades básicas das classes trabalhadoras, como habitação digna, transporte coletivo e saneamento, permanecem frequentemente relegadas a segundo plano. O espaço urbano passa, assim, a ser apropriado principalmente como ativo econômico, e não como direito social. A urbanização torna-se, portanto, uma forma espacial de reprodução das desigualdades sociais.

Essa interpretação antecipa diagnósticos posteriores sobre segregação urbana e produção desigual do espaço nas metrópoles contemporâneas. Autores como David Harvey e Milton Santos desenvolveriam posteriormente análises sobre a mercantilização do espaço urbano e a desigual distribuição dos benefícios da urbanização no capitalismo global (Harvey, 2008; Santos, 2008). Neste sentido, a contribuição de Singer, contudo, possui especificidade ao enfatizar como a condição periférica e dependente da economia brasileira molda a dinâmica urbana.

Ao mesmo tempo, Singer não se limita a uma crítica estrutural da urbanização capitalista. Já em seus escritos sobre economia política da urbanização, ele esboça elementos de uma alternativa baseada em planejamento democrático e participação popular. Essa perspectiva se tornaria mais explícita em sua atuação política e em suas reflexões posteriores sobre economia solidária, nas quais defende a construção de formas de organização econômica e urbana orientadas pelas necessidades coletivas e pelo fortalecimento da autogestão social (Singer, 2002). Nesse horizonte, a democratização do planejamento urbano e a participação direta da população nas decisões sobre políticas públicas aparecem como caminhos para reconstruir a cidadania urbana e enfrentar a lógica excludente da produção capitalista do espaço.

### **Terceiro momento: globalização neoliberal, financeirização e precarização (1990–2000)**

O terceiro momento da reflexão de Paul Singer, que se consolida a partir do final da década de 1990, corresponde à atualização de seu diagnóstico sobre o capitalismo brasileiro diante das transformações provocadas pela globalização neoliberal e pela crescente financeirização da economia. Nesse período, Singer retoma temas presentes em suas análises anteriores como a segmentação estrutural do mercado de trabalho e a

persistência da informalidade e mostra como essas tendências se aprofundam em um novo contexto marcado pela flexibilização produtiva, pela erosão de direitos trabalhistas e pela reorganização das formas de acumulação. Em *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*, Singer observa que a proporção de trabalhadores assalariados na população economicamente ativa brasileira, que era de aproximadamente 70% em 1975, havia caído para cerca de 50% em meados da década de 1990, enquanto se expandiam o trabalho informal, a terceirização e outras formas de contratação precária (Singer, 1998).

Esse processo de precarização do trabalho é interpretado pelo autor como parte constitutiva de um modelo de acumulação cada vez mais excludente e concentrador de renda. A flexibilização das relações de trabalho e a expansão do setor informal deixam de ser fenômenos marginais e passam a configurar um novo padrão estrutural do mercado de trabalho brasileiro. Nesse cenário, o assalariamento protegido deixa de ser o eixo organizador da integração social, e amplos contingentes da população passam a viver sob condições de trabalho instáveis, com renda incerta e direitos fragilizados.

Logo, Singer aprofunda esse diagnóstico em *Para entender o mundo financeiro*, no qual caracteriza o sistema financeiro contemporâneo como uma espécie de “fábrica de sonhos”, mas observa que apenas os projetos daqueles que já dispõem de capital conseguem efetivamente acessar o crédito. Nesse modelo, as poupanças sociais são canalizadas para a valorização do capital financeiro, enquanto trabalhadores pobres e pequenos produtores permanecem à margem do sistema de financiamento. A financeirização transforma projetos econômicos em operações de risco e desloca a lógica da produção para a lógica da especulação, restringindo as possibilidades de construção de um futuro coletivo e ampliando as desigualdades sociais (Singer, 2000).

Esse diagnóstico dialoga com análises contemporâneas sobre as transformações recentes do mundo do trabalho. Ricardo Antunes descreve esse processo como parte da emergência de uma “nova morfologia do trabalho”, caracterizada pela disseminação do trabalho precarizado, pela expansão do trabalho digital e pela intensificação da exploração sob regimes flexíveis de contratação (Antunes, 2018). Em perspectiva semelhante, Ruy Braga argumenta que o neoliberalismo brasileiro produziu um modelo de “inclusão precária”, no qual parcelas significativas da população são incorporadas ao mercado sobretudo pelo consumo e pelo endividamento, mas permanecem desprovidas de proteção social durável (Braga, 2012). Nesse contexto, a informalidade deixa de ser interpretada como resíduo de atraso econômico e passa a ser entendida como estratégia estrutural de acumulação.

Essa leitura também se articula com as análises de Adalberto Cardoso sobre a formação incompleta da sociedade salarial no Brasil. Segundo o autor, a promessa de universalização da proteção social associada ao regime trabalhista do período varguista foi progressivamente substituída, a partir das reformas neoliberais dos anos 1990, por políticas focalizadas e por formas fragmentadas de proteção social, transformando o Estado em gestor de populações excedentes por meio de programas compensatórios (Cardoso, 2010).

Apesar de dialogar com essas interpretações, Singer preserva a especificidade de sua abordagem ao insistir que a informalidade e a segmentação estrutural do mercado de trabalho, já identificadas em suas análises dos anos 1970, não desaparecem com a globalização neoliberal. Ao contrário, tornam-se ainda mais profundas e complexas. O neoliberalismo não substitui um modelo solidário de integração social, mas consolida uma economia que incluem amplos contingentes da população pelo consumo e os exclui pela proteção social e pelos direitos trabalhistas. Nesse sentido, a promessa meritocrática de mobilidade individual substitui progressivamente os mecanismos coletivos de solidariedade social.

O resultado desse processo é a constituição de um cenário marcado por insegurança econômica, fragmentação social e precarização generalizada das condições de vida. Ao enfraquecer formas duráveis de integração social baseadas no trabalho protegido e nos direitos sociais, o neoliberalismo cria um terreno propício para a emergência de ressentimentos sociais e para a difusão de formas regressivas de mobilização política. A análise de Singer, portanto, não apenas antecipa debates contemporâneos sobre precarização e financeirização, mas também aponta para as consequências políticas desse processo, no qual a erosão das bases materiais da solidariedade social abre espaço para formas de regressão democrática.

### **3. Solidariedade como projeto: economia solidária e democratização do trabalho**

É a partir do diagnóstico acumulado sobre o capitalismo dependente brasileiro que Paul Singer propõe a economia solidária não como uma política compensatória ou setorial, mas como uma *alternativa sistêmica* ao capitalismo. Em *Introdução à Economia Solidária* (2002) e *Uma Utopia Militante* (1998), o autor sistematiza os fundamentos teóricos e práticos de sua proposta, articulando-os em torno de uma questão central: qual concepção de solidariedade pode fundamentar um modelo de desenvolvimento oposto ao do capitalismo dependente?

A resposta de Singer parte de uma premissa fundamental: a solidariedade é uma



*forma social*. Isso significa que ela não se reduz a um sentimento ou a uma virtude moral, mas é constituída institucionalmente, nas práticas concretas de trabalho cooperativo, nas quais os sujeitos se reconhecem como coautores de suas condições de existência. O diagnóstico singeriano se ancora, então, numa crítica ética do capitalismo: este substitui o *valor de uso*, centrado nas necessidades humanas, pelo *valor de troca*, orientado pela acumulação abstrata de capital. Essa substituição não é apenas econômica, mas profundamente moral, pois dissolve os laços de pertencimento e destrói as formas de reconhecimento mútuo, reduzindo o trabalho a mera mercadoria. Em resposta a esse processo de des-solidarização, Singer propõe a economia solidária como prática de *reinstituição do valor de uso* e de reconstrução dos vínculos sociais perdidos.

### 3.1 Crítica ética do capitalismo e reinstituição do valor de uso

O ponto de partida da reflexão de Singer é a constatação de que o capitalismo naturalizou a competição como estrutura básica da vida econômica. Desde os processos seletivos até a disputa por postos de trabalho, os indivíduos são socializados para competir, e a ideologia dominante os faz acreditar que isso é justo porque "os melhores vencem". No entanto, Singer demonstra os efeitos perversos dessa lógica: a competição acumula vantagens para os que já detêm capital e exclui os perdedores, que passam a carregar as marcas do fracasso, como o desemprego, endividamento, inempregabilidade. A desigualdade, portanto, não é um subproduto contingente do capitalismo, mas sim um elemento estrutural de seu funcionamento.

A economia solidária inverte esse paradigma ao propor que a cooperação, e não a competição, organize a produção e a reprodução da vida.

Com isso, Singer mostra que as atividades econômicas são, na verdade, interdependentes, ninguém se basta isoladamente. A proposta é simples em sua formulação, mas radical em suas implicações: substituir o contrato entre desiguais, típico da relação salarial capitalista, por associações entre iguais. Nesse sentido, a economia solidária é composta por empreendimentos autogestionários nos quais não há separação entre capital e trabalho. Os trabalhadores são também gestores, e as decisões são tomadas coletivamente, com base em princípios de democracia direta. Esse modelo abarca cooperativas de produção e consumo, bancos comunitários, redes de troca e associações produtivas que operam segundo a lógica da reciprocidade e do bem comum, e não da maximização do lucro. Trata-se, portanto, de uma alternativa sistêmica ao capitalismo, e não de um setor marginal ou assistencialista. A autogestão, a sustentabilidade, a igualdade

de gênero e raça e a democracia econômica constituem seus pilares normativos e organizativos.

### 3.2 Autogestão como prática democrática e forma social da solidariedade

Uma empresa solidária não é apenas uma cooperativa informal, mas um espaço político de experimentação democrática. Nela, os sócios e não patrões e empregados decidem coletivamente os rumos da produção, as retiradas (o equivalente aos salários) e a distribuição das sobras. Singer analisa detidamente a diferença entre salários e retiradas: em empresas capitalistas, o escalonamento salarial visa à maximização do lucro e à manutenção de hierarquias; já nas cooperativas, mesmo quando há diferenças nas retiradas, elas tendem a ser menores, mais transparentes e legitimadas coletivamente, adotando-se frequentemente um teto máximo de diferenciação, como no caso paradigmático da experiência de Mondragón, na Espanha.

Em termos filosóficos, a autogestão materializa a solidariedade como forma social e como princípio instituído por práticas concretas que engendram capacidades cívicas: participação, responsabilidade, controle social e transparência. Essa concretização institucional da solidariedade é precisamente o que Deranty (2024) chama de "trabalho democrático": a reorganização coletiva das condições em que a necessidade é enfrentada, de modo a fortalecer a vida subjetiva dos participantes e desenvolver suas capacidades políticas. A autogestão, para Singer, não é apenas uma forma de administrar, mas sobretudo uma forma de formar sujeitos democráticos.

O princípio da autogestão exige não só igualdade jurídica formal entre os cooperados, mas também participação ativa e qualificada. A gestão é realizada por meio de assembleias, comissões e delegações, sempre com prestação de contas. Trata-se de um exercício exigente, que requer tempo, disposição, formação política e consciência coletiva. Singer reconhece os riscos de degeneração da autogestão, o desinteresse, a sobrecarga de alguns, o retorno de hierarquias informais, mas insiste que os ganhos em termos de desenvolvimento humano, autoestima e consciência crítica são incomparáveis. A autogestão não é apenas uma forma de administrar, mas, sobretudo, uma forma de *formar sujeitos*. Em termos filosóficos, a autogestão materializa a solidariedade como *forma social*, isto é, como princípio instituído por práticas concretas que engendram capacidades cívicas: participação, responsabilidade, controle social e transparência. Ao longo de sua obra, Singer insiste que o trabalho não pode ser reduzido à mercadoria ou mero meio de sobrevivência; o trabalho é, antes de tudo, uma *forma de pertencimento social*. Em *Uma*



*utopia militante* (1998), ele propõe um conceito de democracia ampliada, que abarca tanto a esfera política quanto a esfera econômica. A cidadania, para ser plena, precisa incluir o controle coletivo dos meios de produção.

### 3.3 *Interstícios e institucionalização: o papel do Estado*

Ao analisar o desenvolvimento da economia solidária, Singer utiliza um conceito fundamental: ela se desenvolve nos *interstícios* do sistema capitalista. Ou seja, a economia solidária não compete diretamente com o grande capital, mas se infiltra em seus espaços vazios, precisamente onde o mercado e o Estado falham, especialmente entre os pobres, os desempregados e os trabalhadores informais. Nesses espaços, emergem cooperativas de produção, clubes de troca, bancos comunitários e redes de comércio justo. São práticas que não apenas geram renda, mas constroem relações sociais mais horizontais, enraizadas no território, na confiança mútua e no reconhecimento da dignidade do trabalho.

No entanto, Singer evita qualquer romantismo localista. Ele reconhece que a economia solidária não se sustentará sem apoio estatal. Por isso, defende a criação de políticas públicas específicas tais como fundos solidários, crédito subsidiado, compras governamentais e, sobretudo, a renda básica universal, financiada por imposto de renda progressivo. O Estado deve ser *parceiro*, e não tutor, da economia solidária. A política pública não pode reproduzir a lógica do assistencialismo, mas deve fomentar a autonomia, a autogestão e a ampliação das práticas econômicas solidárias. O papel do Estado, nesse processo, é decisivo: não se trata de substituí-lo, mas de reconfigurá-lo como agente de fomento, regulação democrática e reconhecimento das práticas emergentes.

Por essa razão, Singer congrega os quatro contextos normativos da solidariedade discutidos na primeira parte deste artigo: (a) *moral*, não como compaixão vertical, mas como vínculo horizontal entre iguais; (b) *ético*, como forma de vida baseada na coautoria e na confiança mútua; (c) *político-social*, como projeto coletivo de reorganização da sociedade; e (d) *jurídico-institucional*, como exigência de políticas públicas, marcos legais e infraestruturas solidárias. Singer, portanto, compreende que a solidariedade precisa ser *organizada*, não apenas vivida, e por isso defende a educação popular, as incubadoras de cooperativas, as moedas sociais e o crédito comunitário isto é, formas de institucionalizar a solidariedade de baixo para cima. A proposta de Singer, portanto, repolitiza a economia, reinscreve o trabalho na democracia e reconstrói a solidariedade como prática transformadora. Sua contribuição à teoria crítica é dupla: fornece uma crítica radical da des-solidarização promovida pelo neoliberalismo e, simultaneamente, oferece um modelo

realista de reorganização social a partir da base. Sua economia solidária é anticapitalista, mas não nostálgica; socialista, mas democrática; concreta, mas utópica.

### 3.4 Atualidade da proposta: diálogo com o experimentalismo democrático e o cooperativismo de plataforma

A proposta de Singer insere-se em uma concepção mais ampla de *socialismo democrático*, que ele próprio denominou "utopia militante". Trata-se de um projeto que antecipa, no presente, as formas institucionais de uma nova economia pós-capitalista, fundada na participação popular e na autogestão. De fato, a inspiração vem tanto da tradição marxista quanto do cooperativismo histórico, mas dialoga produtivamente com ideias contemporâneas, como o experimentalismo democrático (Unger, 1998), a teoria dos bens comuns (Ostrom, 1990) e o "socialismo de base" (Wright, 2015).

No final de sua vida, Singer aproximou-se do movimento das *cooperativas de plataforma*, cuja propriedade seria dos próprios trabalhadores, ressignificando conceitos caros ao neoliberalismo como "inovação" e "eficiência" em benefício coletivo e introduzindo noções como associativismo e governança democrática no debate sobre a economia digital. Essa perspectiva está em sintonia com pautas contemporâneas, como a luta pelo fim da escala 6x1 e o movimento global *Democratize Work*, que propõe uma reorganização radical do trabalho a partir de três princípios centrais: democratização, desmercantilização e sustentabilidade. A *democratização do trabalho* envolve dar aos trabalhadores voz ativa nas decisões empresariais, por meio de mecanismos como conselhos com poder de veto. A *desmercantilização do trabalho* exige que ele deixe de ser tratado como simples mercadoria sujeita apenas à lógica do mercado, assegurando empregos dignos, especialmente em áreas essenciais como saúde e meio ambiente. A *sustentabilidade*, por sua vez, implica que empresas beneficiadas com recursos públicos adotem práticas ecológicas e estruturas de governança democrática, assumindo responsabilidade pela transição ecológica. A economia solidária singeriana, portanto, não é uma proposta nostálgica ou setorial, mas um programa atual e em constante reinvenção, que dialoga com os desafios contemporâneos do trabalho plataformizado, da crise ambiental e da regressão democrática. Ao recuperar Singer, propõe-se que a solidariedade deixe de ser apenas um ideal normativo ou uma virtude moral para tornar-se um *princípio organizador da vida coletiva*.

### 3.5 Do contrato entre desiguais à associação entre iguais: uma definição operatória de solidariedade

A contribuição mais original de Singer, para os fins deste artigo, é propor a economia solidária como a *forma institucional* de reconstrução da solidariedade, deslocando-a do plano da virtude para o plano da organização econômica. À luz da reconstrução apresentada, pode-se propor a seguinte definição operatória: *Solidariedade é a disposição institucionalmente mediada de sujeitos livres e iguais de assumirem responsabilidades recíprocas na produção e reprodução das condições materiais de sua vida comum.*

Essa definição enfatiza quatro elementos fundamentais: (a) *igualdade*, pressuposto normativo da associação; (b) *reciprocidade*, como vínculo não hierárquico entre os sujeitos; (c) *institucionalização*, como mediação necessária para estabilizar as práticas solidárias no tempo; e (d) *materialidade*, pois a solidariedade não opera apenas no plano simbólico, mas exige formas organizadas de cooperação que estruturam o trabalho e a economia. Assim, Singer parte da crítica de que o capitalismo naturaliza a competição como moral social. A economia solidária inverte esse paradigma ao organizar a produção e a reprodução da vida pela cooperação. A tese normativa é clara: trata-se de substituir relações de comando e subordinação por associações nas quais os trabalhadores sejam efetivamente coautores das decisões e dos resultados. A solidariedade, nesse sentido, não é o oposto da liberdade, mas sua condição social de possibilidade, pois a liberdade efetiva requer participação nas decisões que moldam as condições materiais da existência coletiva.

## Conclusão

O esforço de reconstruir as bases de uma teoria crítica da solidariedade a partir da contribuição de Paul Singer, em diálogo com o debate contemporâneo sobre filosofias normativas do trabalho, permite propor duas teses fundamentais.

A primeira tese sustenta que a solidariedade se tornou um conceito profundamente ambivalente no contexto contemporâneo porque as crises econômicas, políticas e ecológicas das últimas décadas coincidem com processos de des-solidarização que operam em duas dimensões interligadas. No plano objetivo, o neoliberalismo promoveu o desmonte de direitos sociais e trabalhistas, a financeirização de necessidades básicas e a precarização crônica do trabalho, corroendo as bases institucionais que sustentavam a solidariedade jurídico-social. No plano subjetivo, a precariedade foi individualizada e moralizada, produzindo terreno fértil para o surgimento de solidariedades regressivas e autoritárias. Como Anderson (2023) demonstra genealogicamente, o neoliberalismo é o herdeiro de uma versão conservadora da ética do trabalho que foi sistematicamente instrumentalizada para justificar a subordinação dos trabalhadores e a concentração de



poder e renda.

A segunda tese propõe que Paul Singer oferece uma contribuição singular que completa e radicaliza esse debate. Ao diagnosticar a informalidade e a segmentação como elementos estruturantes, e não residuais, do capitalismo dependente brasileiro, Singer mostra que a des-solidarização não é um desvio corrigível, mas um produto necessário do funcionamento normal desse regime de acumulação. Em resposta, ele propõe a economia solidária como prática de democratização do trabalho a partir de baixo, reinserindo a solidariedade no terreno decisivo das instituições econômicas concretas. Sua originalidade reside em oferecer, simultaneamente, uma crítica radical da des-solidarização promovida pelo neoliberalismo e um modelo realista de reorganização social a partir da base, capaz de estabilizar práticas solidárias no tempo e produzir sujeitos democráticos.

Em tempos de precariedade extrema, crise ecológica e regressão democrática, a obra de Singer permite compreender que a solidariedade não é apenas um valor moral entre outros, mas um princípio organizador de uma vida comum economicamente instituída. Nesse sentido, ela não se opõe à liberdade; ao contrário, é sua condição social de possibilidade.

## Referências

ANDERSON, Elizabeth. **Hijacked**: how neoliberalism turned the work ethic against workers and how workers can take it back. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

ANDERSON, Elizabeth. **Private government**: how employers rule our lives (and why we don't talk about it). Princeton: Princeton University Press, 2017.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BAILLIET, Cecilia M. (ed.). **Research handbook on international solidarity and the law**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAYERTZ, Kurt. Four uses of "solidarity". In: BAYERTZ, Kurt (ed.). **Solidarity**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, p. 3-28, 1999.

BENHABIB, Seyla. **The rights of others**: aliens, residents and citizens. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BERGIN, Cathy; BURKE, Francesca; MAASRI, Zeina. **Transnational solidarity**: anticolonialism in the global sixties. Manchester: Manchester University Press, 2022.

- BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- BRUNKHORST, Hauke. **Solidarity**: from civic friendship to a global legal community. Cambridge: MIT Press, 2005.
- BUTLER, Judith. **Notes toward a performative theory of assembly**. Cambridge: Harvard University Press, 2015.
- BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de *et al.* **São Paulo 1975**: crescimento e pobreza. São Paulo: Edições Loyola, 1976.
- CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DERANTY, Jean-Philippe. **The case for work**. Oxford: Oxford University Press, 2024.
- DERANTY, Jean-Philippe; SMITH, Nicholas H. (ed.). **New philosophies of labour**: work and the social bond. Leiden: Brill, 2012.
- DOWBOR, Monika. Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária. **Plural – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 11, p. 141-145, 2004.
- DUFFORD, Rochelle. **Solidarity in conflict**: a democratic theory. Stanford: Stanford University Press, 2022.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- DUSSEL, Enrique. **1492**: el encubrimiento del otro: hacia el origen del “mito de la Modernidad”. La Paz: Plural Editores; UMSA, 1994.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta. **The three worlds of welfare capitalism**. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- FERRERAS, Isabelle; BATTILANA, Julie; MÉDA, Dominique (ed.). **Democratize work**: the case for reorganizing the economy. Chicago: University of Chicago Press, 2022.
- FORST, Rainer. **Normativity and power**: analyzing social orders of justification. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- FRASER, Nancy. Toward a discourse ethic of solidarity. *In*: BENHABIB, Seyla; DALLMAYR, Fred (org.). **The communicative ethics controversy**. Cambridge: MIT Press, 1990.

- FREITAG, Barbara. **Nova República**: balanço. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- GÜNTHER, Klaus. **The sense of appropriateness**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- HABERMAS, Jürgen. **The postnational constellation**. Cambridge: MIT Press, 2001.
- HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.
- HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, 2012.
- HENDRIX, Leah Hunt; TAYLOR, Astra. **Solidarity**: the past, present, and future of a world-changing idea. New York: Knopf, 2024.
- HOLVIKIVI, Aiko; HOLZBERG, Billy; OJEDA, Tomás (org.). **Feminist solidarity in times of global attacks**. Cham: Palgrave Macmillan, 2024.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.
- HONNETH, Axel. **O soberano trabalhador**: uma teoria normativa do trabalho. São Paulo: Editora Unesp, 2025.
- HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. *In*: HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, p. 117-154, 1983.
- HUNTER, James Davison. **Democracy and solidarity**: on the cultural roots of America's political crisis. New Haven: Yale University Press, 2024.
- JAEGGI, Rahel. **Alienation**. New York: Columbia University Press, 2014.
- JANČKA, Iwona. **Theorizing contemporary anarchism**: solidarity, mimesis and radical social change. London: Bloomsbury Academic, 2017.
- LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- LEINIUS, Johanna. **The cosmopolitics of solidarity**: social movement encounters across difference. Cham: Springer, 2022.
- LÖWY, Michael. Paul Singer: um socialista democrático. **Blog da Boitempo**, 2018. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/04/05/paul-singer-um-socialista-democratico>. Acesso em: 8 mar. 2026.
- LÖWY, Michael; BESANCENOT, Olivier. **Revolutionary affinities**: toward a Marxist anarchist solidarity. Oakland: PM Press, 2023.
- MEZAROBBA, Glenda. The solidarity economist. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 267, 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br>. Acesso em: 8 mar. 2026.

- NULLMEIER, Frank. Eigenverantwortung, Gerechtigkeit und Solidarität. **WSI Mitteilungen**, v. 4, 2006.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. Economia solidária [Entrevista]: entrevista com Paul Singer. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.
- OSTROM, Elinor. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- QUERIDO, Fábio; RODRIGUES, Lidiane. **Intelectuais e marxismo no Brasil**: itinerários e disputas. Campinas: Unicamp, 2019.
- RAPHAEL, Lutz. **Jenseits von Kohle und Stahl**: eine Gesellschaftsgeschichte Westeuropas nach dem Boom. Berlin: Suhrkamp, 2019.
- RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- REHG, William. **Insight and solidarity**: the discourse ethics of Jürgen Habermas. Berkeley: University of California Press, 2023.
- ROSA, Hartmut. **Resonance**: a sociology of our relationship to the world. Cambridge: Polity Press, 2019.
- SANDEL, Michael. **Liberalism and the limits of justice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- SANGIOVANNI, Andrea; VIEHOFF, Juri (org.). **The virtue of solidarity**. Oxford: Oxford University Press, 2024.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- SASSEN, Tehila. **The solidarity economy**: nonprofits and the making of neoliberalism after empire. Princeton: Princeton University Press, 2024.
- SCHWARZ, Roberto. Paul Singer. **Revista Piauí**, n. 141, jun. 2018.
- SHELBY, Tommie. **We who are dark**: the philosophical foundations of black solidarity. Cambridge: Harvard University Press, 2005.
- SINGER, Paul. **A formação da classe operária**. Campinas: Atual, 1987.
- SINGER, Paul. Amazônia da sociedade global. In: D'INCAO, Maria Angela; MACIEL, Isolda (org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- SINGER, Paul. **Capitalismo**. São Paulo: Ática, 1987.
- SINGER, Paul. **Crescimento e inflação na economia brasileira**: uma perspectiva histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2023.
- SINGER, Paul. **Desenvolvimento e política**: reflexões sobre a crise brasileira. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

- SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. Organização de André Singer, Helena Singer e Suzana Singer. São Paulo: Editora Unesp, 2026.
- SINGER, Paul. **Desorganizando o consenso**: entrevistas com intelectuais da esquerda. São Paulo: Vozes, 1998.
- SINGER, Paul. **Dominação e desigualdade**: estudos sobre a repartição da renda. São Paulo: Editora Unesp, 2023.
- SINGER, Paul. **Economía política del trabajo**. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2001.
- SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, p. 11-28, 2003.
- SINGER, Paul. **Economia solidária**: introdução à experiência brasileira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.
- SINGER, Paul. **Guia da inflação para o povo**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, Paul. Introdução. In: MELLO, Sylvia Leser (org.). **Economia solidária e autogestão**: encontros internacionais. São Paulo: NESOL-USP; ITCP-USP, p. 9-16, 2005.
- SINGER, Paul. **Lições de economia**: pensamento econômico, história e desenvolvimento. São Paulo: Editora Unesp, 2023.
- SINGER, Paul. **O capitalismo**: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987.
- SINGER, Paul. O que é economia solidária? In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, p. 11-28, 2003.
- SINGER, Paul. **Para entender o mundo financeiro**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SINGER, Paul. A política das classes dominantes. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **Brasil**: 1964-1974. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- SINGER, Paul. **Que socialismo é esse?** São Paulo: Brasiliense, 1989.



SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. **Repartição da renda**: pobres e ricos sob o regime militar. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

SINGER, Paul. Reproduction de la force de travail et développement. **Revue Tiers Monde**, Paris, v. 17, n. 68, p. 961-985, 1976.

SINGER, Paul; LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo, uma discípula de Marx que ousava criticar Marx. *In*: LOUREIRO, Isabel (org.). **Socialismo ou barbárie**. 2. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2009.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (org.). **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

SITES, Jessica Stites. **South-South solidarity and the Latin American left**. Madison: University of Wisconsin Press, 2022.

SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcante; DAKUZAKU, Regina Yoneko (org.). **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

TANIGUTI, Gustavo; OLIVEIRA, Renan Dias de. The solidarity economy: an interview with Paul Singer. **Global Dialogue**, International Sociological Association, 2016.

TAYLOR, Charles. **The ethics of authenticity**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Democracy realized**: the progressive alternative. London: Verso, 1998.

WELLS, J. **Estudos Cebrap 17**. São Paulo: CEBRAP, s.d.

WILDER, Gary. **Concrete utopianism**: the politics of temporality and solidarity. New York: Fordham University Press, 2022.

WRIGHT, Erik Olin. **Construindo utopias reais**. São Paulo: Boitempo, 2015.

YI, Ilcheong (org.). **Encyclopedia of the social and solidarity economy**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2023.

## DADOS DE PUBLICAÇÃO

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: T. J. S. Veras

Coleta de dados: T. J. S. Veras

Análise de dados: T. J. S. Veras

Discussão dos resultados: T. J. S. Veras

Revisão e aprovação: T. J. S. Veras

### ORIGEM DA PESQUISA

Esta submissão **não** é oriunda de dissertação ou tese.

A submissão faz parte de projeto de pesquisa: **Sim**.

Título do projeto: *Trabalho, normatividade e populismo*

Coordenador(es): Luiz Gustavo da Cunha de Souza

Grupo de pesquisa: Núcleo de Pesquisa Sociológica e Teoria Crítica (NuPeSC)

Universidade: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Departamento: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política

### AGRADECIMENTOS

Agradeço aos pareceristas pelas sugestões aqui acatadas. Ao GT Teorias da Justiça pelo debate do paper; ao Núcleo de Pesquisa Sociológica e Teoria Crítica (NuPeSC/UFSC) pelo ambiente de discussão que estimulou o desenvolvimento das ideias aqui apresentadas, e ao Professor Luiz Gustavo da Cunha de Souza pelas conversas sobre teoria crítica do trabalho.

### USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Não se aplica. O manuscrito foi integralmente redigido, revisado e argumentado pelo autor, sem uso de ferramentas de inteligência artificial para geração de conteúdo, revisão gramatical ou tradução.

### FINANCIAMENTO

Não se aplica. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências de fomento, bolsas, equipamentos ou recursos institucionais além do salário e infraestrutura regulares fornecidos pelo vínculo institucional

### CONFLITO DE INTERESSES

As pessoas autoras declaram não haver interesses conflitantes.

### DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA E OUTROS MATERIAIS

**A pesquisa não possui dados.** O artigo não contém dados coletados ou obtidos por meio de análises a partir de fontes primárias

### LICENÇA DE USO

As autorias cedem à revista *ethic@* os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International. Essa licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. As autorias têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.:



publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

### **PUBLISHER**

Universidade Federal de Santa Catarina. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade das pessoas autoras, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

### **EDITORES**

Darlei Dall'Agnol  
Vitor Somavilla de Souza Barros  
Odair Camati

### **HISTÓRICO**

Recebido em: 09-03-2026  
Aprovado em: 18-05-2026  
Publicado em: 25-05-2026

